

Política

NPK + MICRONUTRIENTES ACORATEM NOME:



CONSTITUINTE

Delfim volta à cena defendendo eleições em 1988 e parlamentarismo

por Andrew Greenlees de Brasília

O ex-ministro e atual deputado federal pelo PDS de São Paulo Delfim Netto reapareceu ontem no plenário da Constituinte para participar das intensas articulações políticas que se vêm desenvolvendo em Brasília nas últimas horas. Além de apoiar a mudança no regimento interno (ver matéria ao lado), Delfim Netto foi enfático ao defender a realização de eleições em todos os níveis — de vereador a presidente da República — em novembro do próximo ano.



Delfim Netto

“Esta é a única salvação para o País”, sustentou o deputado, para quem caberia ao presidente José Sarney tomar tal iniciativa. “A história não dá duas oportunidades para o sujeito ser estadista”, sorriu Delfim Netto. “O Sarney teve sorte: perdeu a primeira, ao assumir o governo, mas agora está diante da segunda, ou seja, convocar as eleições.” Na avaliação do ex-ministro, o Congresso dificilmente rejeitaria mensagem presidencial contendo esta proposta. Defensor do parlamentarismo, Delfim diz que as eleições gerais não dependem do sistema de governo. Isto porque, mesmo

com a perda de poderes, o presidente da República precisa governar com sua maioria congressual. A partir daí, argumenta o deputado paulista, a atitude “moral” seria estender o pleito a todos os cargos. Delfim também já tem seu candidato à presidência: o empresário Antônio Ermirio de Moraes. Ontem, a deputada Dirce Quadros, do PTB, aproximou-se do ex-ministro e solicitou sua assinatura num documento de apoio à candidatura de Ermirio para disputar a prefeitura de São Paulo. “Prefeitura não, Dirce, quero vê-lo presidente”, respondeu Delfim.

PT e PDT fazem defesa do presidencialismo

O PT e o PDT devem articular-se para desencadear uma série de comícios em todo o País na defesa do presidencialismo como melhor sistema de governo. Isso foi o que afirmou ontem o líder Brandão Monteiro (PDT), embora admitisse que ainda não há uma estratégia definida. Mas adiantou, segundo a EBN, que o objetivo dos comícios é “despertar a população” favoravelmente à manutenção do presidencialismo, de modo a que os constituintes sejam pressionados por suas bases e levados a reverter a aprovação de parlamentarismo, sexta-feira última, pelo plenário da Comissão de Sistematização.

“A escolha do parlamentarismo como forma de governo já a partir do próximo ano foi um duro revés para as pretensões dos dirigentes do PT e do PDT, entre outros. Por isso, os dois partidos vão “somar esforços para conseguir os 280 votos necessários no plenário da Constituinte para derrubar a matéria”, revelou o deputado Luiz Inácio Lula da Silva, líder do PT. Ele acha que a luta “não vai ser mole”. Mas acredita

“As instituições ainda não estão consolidadas”

O deputado José Sarney Filho, que foi ao Maranhão para reunir a executiva regional do PFL, da qual é o presidente, disse que “o sistema parlamentarista de governo condena os povos a uma absurda ditadura dos partidos políticos”. Frisou que “as condições do Brasil no momento não são ideais para um sistema sujeito a crises políticas frequentes, já que as instituições políticas ainda não estão consolidadas”. O deputado Sarney Filho disse, segundo a EBN, que “o presidencialismo se adapta à realidade brasileira” e que “considera muito importante manter um executivo forte e um Congresso munido de todas as prerrogativas”.

“Os presidencialistas vão reverter a situação no plenário final da Constituinte e derrotar por uma vantagem de 25 votos a decisão da Comissão de Sistematização de instituir o parlamentarismo no Brasil. Essa é a opinião do ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, ao participar ontem, em Belo Horizonte, da abertura do I Seminário Internacional de Tecnologia e Absorção de Mão-de-obra. Ele afirmou, que a aprovação na Comissão de Sistematização não vai significar a “vitória do parlamentarismo”. O novo regime não tem boa receptividade junto ao povo brasileiro e os constituintes vão compreender esses anseios”, disse Teixeira. Ele explicou que a formação histórica do País é muito centrada na autoridade, por causa do “próprio patriarcado rural e da evolução do processo urbano no País”, e o inconsciente coletivo mostra a ideia de que “uma pessoa resolve os problemas”. Ele acha que pode ser um equívoco, mas concorda com a ideia, refutando o parlamentarismo, porque no Brasil não há “estruturas partidárias capazes”.

TST critica o texto

O ministro Marco Aurélio Mello, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), criticou ontem o artigo 132, parágrafo II, do projeto Bernardo Cabral, que estabelece a competência do Judiciário trabalhista para legislar sobre o direito do trabalho. O ministro previu que, caso o dispositivo, a ser votado nos próximos dias pela Comissão de Sistematização, figure na próxima Constituição, tornará a Justiça trabalhista mais odiada do País”. Explicou que os dezesseis tribunais

hoje existentes (quinze Tribunais Regionais do Trabalho nos estados e o TST) terão poderes ilimitados para legislar e julgar sobre causas que envolvem patrões e empregados, criando regras e normas diferentes para cada região. CONFLITO Ainda conforme o ministro, o artigo 132 entra em conflito também com o artigo 21, inciso I, do mesmo projeto, que atribui à União a competência “privativa” para legislar sobre conflitos trabalhistas.

Conservadores querem mudar projeto

por Andrew Greenlees de Brasília

A Constituinte poderá conhecer, hoje, o exato tamanho de seu bloco conservador. Representantes de diversos partidos pretendem apresentar projeto de modificação do regimento interno, com o objetivo de permitir a apresentação ao plenário de textos alternativos de capítulos e títulos alternativos aos do projeto elaborado pelo relator Bernardo Cabral. O principal alvo do grupo é a Ordem Econômica, cuja redação atual lhes parece excessivamente estatizante. Na Ordem Social, preocupa a questão da estabilidade no emprego da forma como foi aprovada pela Comissão de Sistematização.

“Queremos eliminar as aberrações”, avisa o deputado Ricardo Fiúza, do PFL de Pernambuco, um dos articuladores do bloco conservador. Encarregado de organizar a coleta de assinaturas de apoio à modificação do regimento — operação realizada por dezesseis constituintes — o deputado Dasso Coimbra, do PMDB do Rio de Janeiro, assegurava, ontem, no início da noite, contar com 230 adesões. Outro coordenador dos conservadores, o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant’Anna (PMDB-BA),

adiantava que o objetivo era conseguir pelo menos 280 assinaturas para então apresentar o projeto subscrito pela maioria absoluta da Constituinte (metade dos 559 membros mais um). Caso consigam atingir o número desejado, esses parlamentares levarão a proposta ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e exigirão a mudança nas regras. A dificuldade para os conservadores cresce a partir daí: Mesmo que obtenham sucesso na primeira parte, será bem mais complicado conseguir 280 nomes numa lista de apoio a uma única proposta alternativa, por exemplo, à reforma agrária ou à participação do Estado na Economia.

Por via das dúvidas, Ulysses Guimarães preferiu adiar o início das votações no plenário da Constituinte, previsto para hoje de manhã. O presidente da Constituinte pretende ganhar tempo para uma possível negociação, pois, mesmo que não atinjam a maioria absoluta, os conservadores poderiam retirar-se do plenário e impedir as votações por falta de quórum, conforme ameaçou Ricardo Fiúza. Mas, Ulysses também volta as atenções para a Comissão de Sistematização.

Criados dois novos juizados

por Euclides Torres de Brasília

A Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte aprovou ontem a criação de juizados de pequenas causas e Juizado de Instrução, mas a tese vitoriosa da sessão foi a do Supremo Tribunal Federal (STF) porque foi rejeitada a proposição de criação de um tribunal constitucional. Além disso, também foram rejeitados o aumento do número de ministros e a limitação de mandato de dez anos para os membros do STF. Até o início da noite, o STF só tinha perdido a “advocatória”, ou seja, a prerrogativa de trazer causas para seu foro.

Thomaz Bastos, que esteve no plenário assistindo à votação do capítulo do Poder Judiciário, disse a este jornal que a estatização dos cartórios terminaria com os privilégios: “Não acredito que os serviços dos cartórios de registro possam ser prestados pela iniciativa privada. A posição da OAB é pela estatização”.

O presidente da OAB ainda lembrou que a criação de um tribunal constitucional, emenda defendida pelo constituinte Nelson Jobim (PMDB-RS), é uma posição antiga de todos os grandes juristas brasileiros, como, por exemplo, Miguel Reale, Seabra Fagundes, Calmon de Passos, Lamartine Corrêa de Oliveira e Fábio Comparato. “É difícil encontrar jurista que seja contra”, disse Bastos. A aprovação do Juizado de Instrução significa que os inquéritos policiais serão feitos perante o juiz, com acompanhamento da promotoria. Também foi aprovada na Comissão de Sistematização a emenda do deputado Plínio de Ardua Sampaio (PT-SP), criando o juizado de pequenas causas. O objetivo desta emenda é fazer com que a Justiça seja mais rápida. Comentando esta aprovação, o presidente da OAB disse que, com isso, se pretende tornar a Justiça mais barata, mais perto do povo e também mais rápida. Bastos lembrou que somente isto não basta: “É preciso que o Poder Judiciário tenha autonomia financeira e controle externo”.

O constituinte José Genoíno (PT-SP), ao defender a estatização dos cartórios, mencionou que, “entre as 25 maiores declarações de renda de 1987, no Rio Grande do Sul, 19 são de titulares de cartórios extrajudiciais e a maior declaração é a de um titular de cartório de títulos e protestos”. O constituinte Michel Temer (PMDB-SP), que defende a privatização dos cartórios, argumenta que, “em time que está ganhando, não se mexe”, lembrando que estes serviços estão funcionando bem. O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Márcio

Covas propõe nova negociação

por Cecília Pires de Brasília

O senador Mário Covas reassumiu ontem a liderança do PMDB na Constituinte admitindo negociar com o grupo do PFL que compõe hoje a dissidência do governo o final da transição e a realização de eleições diretas para presidente no ano que vem. O rompimento da Aliança Democrática a nível de governo, na opinião do líder, é o reconhecimento de que a transição termina com a promulgação da nova Constituição.

de que a transição termina exatamente aí”, disse Covas. Segundo o senador, que retornou ontem à Constituinte depois de passar 45 dias em São Paulo, recuperando-se de uma operação para implantação de pontes de safena, a reforma ministerial não apenas deixou de ampliar a base de sustentação parlamentar do presidente Sarney, como deixou uma grande frustração na base popular.

“Não tenho nenhum constrangimento em me aliar com quem quer que seja com esse objetivo, o de negociar o final da transição”.

“Não tenho nenhum constrangimento com alianças”

Essa transição termina com a promulgação da Constituição e a realização de eleições diretas para presidente. O término da Aliança Democrática oficialmente — porque na prática ela já havia terminado — é o reconhecimento

“A reforma ministerial representou uma enorme frustração, pois diminuiu a base de sustentação política, em vez de ampliá-la, resumiu-se a uma simples troca de ministros, criou insatisfações e na área popular transformou-se ainda em um ônus para o governo”, declarou. Ao retornar à liderança, Covas se depara com a expectativa de uma crise na Constituinte provocada pelo grupo conservador, que tenta mudar o regimento e deseja apresentar um novo substitutivo, colocando abaixo o bem articulado trabalho de negociações que resultou nas votações da Comissão de Sistematização até agora. Foi em torno de seu substituto, o primeiro vice-líder na Constituinte, deputado Euclides Scalco, que se articularam as negociações suprapartidárias e que a Comissão de Sistematização conseguiu agilizar os trabalhos, num esforço de engajamento dos destaques realizados pelos grupos formados com esta finalidade, reduzindo-os de 8.600 para 400.

do líder do PFL, José Lourenço, em posição posteriormente apoiada pelo presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, em votar o sistema de governo e o mandato dos presidentes no corpo permanente da Constituição juntamente com as disposições transitórias.

“A reforma ministerial ampliou a insatisfação”

Em três episódios importantes, a posição da liderança do PMDB, sob o comando de Scalco conseguiu vencer as resistências. Foi a posição deste grupo que venceu as votações para a aprovação da jornada de trabalho de 44 horas semanais, em aliança com o PFL e o PDS. Antes da reunião da executiva, convocada para analisar o documento do presidente Sarney, em que pedia apoio dos partidos ao mandato de cinco anos e ao regime presidencialista, Scalco, com o apoio de um grupo de vice-líderes que o auxiliou durante este período, procurou Ulysses Guimarães para firmar posição contra a assinatura do documento. A liderança do PMDB, ainda neste período, recusou proposta do líder do governo, Carlos Sant’Anna e

do líder do PFL, José Lourenço, em posição posteriormente apoiada pelo presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, em votar o sistema de governo e o mandato dos presidentes no corpo permanente da Constituição juntamente com as disposições transitórias.

“Politicamente não interessava votar as duas coisas agora. Ademais, o mandato do presidente Sarney e os demais mandatos são coisas distintas”, disse Scalco. Scalco enfrentou resistências ao ser indicado por Covas para substituí-lo durante sua recuperação. Com muita habilidade política, Scalco reuniu as lideranças na casa de Ulysses, reafirmou sua liderança e pediu apoio. Conseguiu, com isto, abrir um espaço até então fechado pelo líder Mário Covas, que frequentemente era deixado de lado nas reuniões dos demais líderes. Participou de todas elas, mantendo as posições de Covas.

Hábil articulador político, Scalco é apontado, hoje, como um braço-direito eficiente em qualquer hipótese para a escolha de um primeiro ministro entre as três lideranças mais cotadas para o cargo, senador Mário Covas, senador José Richa ou o deputado Ulysses Guimarães, apesar das divergências existentes entre os três.

Governadores contra as diretas

por Adriana Vera e Silva de São Paulo

Reunidos ontem em Belo Horizonte, os governadores de Minas Gerais, Newton Cardoso, e de São Paulo, Orestes Quêrcia, mantiveram seu apoio ao mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e mostraram-se confiantes na rejeição do sistema parlamentarista pelo plenário da Assembleia Constituinte.

O desafio de Ulysses

por Zanoni Antunes de Brasília

“Não sei se querem desestabilizar a Constituinte, mas se estão querendo não vão conseguir.” A resposta em tom de desafio partiu ontem do deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte e do PMDB, ao ser provocado pelos repórteres a opinar sobre o movimento encabeçado por parlamentares conservadores (“Centrão”) para alterar o regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte. Para enfrentar a ameaça que representa a adesão de 280 constituintes à proposta de mudança no regimento interno, o deputado reuniu-se no final da tarde, em seu gabinete, com a cúpula da Assembleia Constituinte (Mário Covas, líder do PMDB no Constituinte, Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, Bernardo Cabral, relator, Euclides Scalco, vice-líder na Constituinte, e o senador Afonso Arinos, relator da Comissão de Sistematização) para evitar o impasse e ganhar tempo com a suspensão das

votações no plenário da Sistematização. Antes dessa reunião, no entanto, o deputado Ulysses Guimarães manteve um encontro com alguns representantes do grupo “Centrão”, entre eles os deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que foram comunicar ao presidente da Constituinte a intenção de apresentar ao plenário, nas próximas horas, um projeto de resolução propondo a alteração no regimento interno do Constituinte. Diante da disposição do grupo, Ulysses Guimarães convocou a reunião com a cúpula Constituinte para avaliar a situação. Henrique Cardoso deixou a reunião afirmando que os conservadores estavam querendo dar “um golpe de mão” e acusando-os de antidemocráticos. “Democracia tem regras e não adianta fazer decretos para alterá-las”, observou o líder ao alinhar-se à posição defendida por Ulysses Guimarães que, por seu turno, não crê que as ameaças à Constituinte se concretizariam. Covas defende a manutenção do regimento interno.

que esta medida “poderá agravar a crise nacional e permitir soluções que podem nos conduzir ao caos definitivo”. Waldir Pires, governador da Bahia, disse, ontem, em Salvador, que somente a Assembleia Nacional Constituinte possui competência para decidir sobre a convocação de eleições gerais no País, conforme apurou o repórter Paulo de Alencar. “Nenhum outro

assessor, conta com várias lideranças políticas nas suas fileiras, entre elas o próprio deputado Ulysses Guimarães. O secretário de imprensa discorda que o presidencialismo seja uma aspiração da direita. “Há forças de esquerda que também são presidencialistas”, sustentou. Frota Neto admite que a conjuntura econômica exerce grande influência na política. Mas, não quis considerar a possibilidade de o recrutamento da infância, a incidência de greves e o descontrole do déficit público agravarem a situação do País, levando os constituintes a anteciparem as eleições presidenciais.

Na luta pelo presidencialismo, Sarney, segundo o assessor, conta com várias lideranças políticas nas suas fileiras, entre elas o próprio deputado Ulysses Guimarães. O secretário de imprensa discorda que o presidencialismo seja uma aspiração da direita. “Há forças de esquerda que também são presidencialistas”, sustentou. Frota Neto admite que a conjuntura econômica exerce grande influência na política. Mas, não quis considerar a possibilidade de o recrutamento da infância, a incidência de greves e o descontrole do déficit público agravarem a situação do País, levando os constituintes a anteciparem as eleições presidenciais.

Na luta pelo presidencialismo, Sarney, segundo o assessor, conta com várias lideranças políticas nas suas fileiras, entre elas o próprio deputado Ulysses Guimarães. O secretário de imprensa discorda que o presidencialismo seja uma aspiração da direita. “Há forças de esquerda que também são presidencialistas”, sustentou. Frota Neto admite que a conjuntura econômica exerce grande influência na política. Mas, não quis considerar a possibilidade de o recrutamento da infância, a incidência de greves e o descontrole do déficit público agravarem a situação do País, levando os constituintes a anteciparem as eleições presidenciais.

Sarney apóia um novo regimento

por Edson Beú de Brasília

O presidente José Sarney continuará lutando, de todas as formas, para manter o sistema presidencialista no País. Mas, defende que “as regras do jogo sejam obedecidas”, esclareceu, ontem, o secretário de imprensa Antônio Frota Neto. Dentro desse princípio, o governo analisa a proposta dos parlamentares que seguem sua orientação de apresentar um projeto de resolução, para mudar o regimento interno da Constituinte e viabilizar a aprovação de um projeto substitutivo ao do relator Bernardo Cabral, que prevê a instituição do parlamentarismo. “Se o regimento permitir a mudança, não há nada de mal nisso”, salientou.

da oposição ao presidencialismo”.

MUDANÇA

O presidente José Sarney poderá indicar, hoje, novo porta-voz da Presidência da República. O nome mais provável para ocupar o cargo deixado, ontem, pelo jornalista Antônio Frota Neto, é do secretário especial de Comunicação da Administração Federal, Getúlio Bittencourt, que, a princípio, acumularia as duas funções — relata a editora Elaine Lerner. Frota Neto, após um descanso, assume a presidência da Empresa Brasileira de Notícias (EBN). Bittencourt, que está no Palácio do Planalto desde o final do mês de janeiro, não confirma sua indicação. Informa, apenas, que até às 10 horas, de ontem, quando falou com o presidente, ainda não havia uma decisão. Segundo assessores próximos, Sarney afirmou que ainda não havia decidido, mas que, hoje, já teria o nome do novo porta-voz.

O secretário de imprensa disse que Sarney ainda confia numa reviravolta no plenário. Aí, ele acredita que a maioria é presidencialista. “O governo acha que se forem excluídos os que não manifestarem intenção de voto, os presidencialistas são a maioria”, afirmou Frota que, ontem, almoçou com o presidente da República, no Palácio da Alvorada, para formalizar seu pedido de demissão.

Na luta pelo presidencialismo, Sarney, segundo o assessor, conta com várias lideranças políticas nas suas fileiras, entre elas o próprio deputado Ulysses Guimarães. O secretário de imprensa discorda que o presidencialismo seja uma aspiração da direita. “Há forças de esquerda que também são presidencialistas”, sustentou. Frota Neto admite que a conjuntura econômica exerce grande influência na política. Mas, não quis considerar a possibilidade de o recrutamento da infância, a incidência de greves e o descontrole do déficit público agravarem a situação do País, levando os constituintes a anteciparem as eleições presidenciais.

Na luta pelo presidencialismo, Sarney, segundo o assessor, conta com várias lideranças políticas nas suas fileiras, entre elas o próprio deputado Ulysses Guimarães. O secretário de imprensa discorda que o presidencialismo seja uma aspiração da direita. “Há forças de esquerda que também são presidencialistas”, sustentou. Frota Neto admite que a conjuntura econômica exerce grande influência na política. Mas, não quis considerar a possibilidade de o recrutamento da infância, a incidência de greves e o descontrole do déficit público agravarem a situação do País, levando os constituintes a anteciparem as eleições presidenciais.

PEQUENA, MÉDIA OU MICRO EMPRESA. Filie-se à Defesa S/C Contra Abusos Econômicos Ltda. Tel. (011) 256-2101. Vieduto 9 de Julho, 181 — 11º — C. B.

AUTOHAUS advertisement listing car models like 86-BMW 325 I, 85-M.BENZ 380SEL, 85-M.BENZ 190E, 81-M.BENZ 500SE, etc.